



Acoriano Oriental

1,50 €
IVA inc.

O MAIS ANTIGO JORNAL PORTUGUÊS
FUNDADO EM 1835 POR MANUEL ANTÓNIO DE VASCONCELOS



**Autonomia
em risco na
gestão do
património
subaquático**

PÁGINAS 6 E 7

Primeira Hora

159 casos de bullying nas escolas açorianas

PÁGINAS 2 E 3

Açores
Magazine

**Especial
Sanjoaninas
2025**



Filipe Furtado

"A música
é sempre
um processo
muito longo,
exige muito
estudo e muita
dedicação"



DIREITOS RESERVADOS

Contas da SATA revelam "fracasso" da reestruturação acusa o PS

Líder do PS/A, Francisco César, apela a trabalho conjunto com o Governo para "salvar" a SATA **PÁGINA 11**

Desporto Ivo Fontes foi o melhor delegado da Liga em 24/25

O Delegado Elite micaelense totalizou 95,572 pontos nas 23 delegacias desenvolvidas **PÁGINA 27**

Vila Franca já tem novo PDM com a habitação como prioridade

Plano Diretor Municipal (PDM) de Vila Franca aposta na habitação e no investimento **PÁGINA 8**

Opinião "É importante que seja possível a existência de partidos regionais"

Rolando Lalandá
Página 16

Presidente do Governo devia participar no Conselho de Ministros

Defende o Representante da República nos Açores, Pedro Catarino **PÁGINA 11**

Agriloja

**10%
DESCONTO DIRETO**

NUMA SELEÇÃO DE
TRANSPORTADORAS
PARA CÃO E GATO

*Campanha válida de 1 a 30 de Junho nas lojas Agriloja da Horta Grande e Ponta Delgada. Limitado ao stock existente e não acumulável com outras campanhas em vigor. Não informados em loja.

RE/MAX 4YOU 296 30 20 20

Morada 13
São José, Ponta Delgada **160.000,00€**

Morada 13
Povoação **135.000,00€**

123541108-159 123541027-465

Avenida Natália Correia, n.º 2 | 9500-341 S. Pedro (Ponta Delgada) 4you@remax.pt | 296 30 20 20

Alexandre Monteiro

Arqueólogo subaquático

“Recentralizar a coordenação do património cultural subaquático num órgão liderado pela Marinha representa uma desconsideração pelos Açores”

DIREITOS RESERVADOS



Rui Jorge Cabral
rcabral@acorianooriental.pt

A recente criação pelo Governo da República de um Grupo de Trabalho Interministerial para a Salvaguarda do Património Cultural Subaquático pode ser uma ameaça à Autonomia dos Açores?

Obviamente é uma ameaça à autonomia dos Açores - não tanto pelo efeito jurídico, que se entende ser nulo, mas pelos seus efeitos políticos e simbólicos. O despacho n.º 5725/2025 que institui o Grupo de Trabalho Interministerial para a Salvaguarda do Património Cultural Subaquático colide frontalmente com a Lei n.º 19/2000, que garante às Regiões Autónomas competências próprias na área da gestão do seu património cultural.

A tentativa de recentralizar a coordenação do património cultural subaquático num órgão liderado pela Marinha - entidade militar, sem vocação ou formação científica em arqueologia - representa, na prática, uma desconsideração pelos avanços concretos alcançados pelos Açores no domínio da proteção e valorização deste património. Que fique claro: não se coloca aqui em causa a relevância ou a competência da Marinha. Eu próprio, enquanto membro da sua Academia, reconheço o seu impecável domínio técnico e operacional, particularmente na deteção e localização de minas explosivas, na recolha de fardos submersos de droga, no posicionamento de sítios contemporâneos de naufrágios que podem constituir perigo à navegação - mas é fundamental sublinhar que tais atividades são operacionais, preliminares e não científicas.

Recorde-se que o arquipélago é hoje o verdadeiro centro nacional de referência em património cultural subaquático. Esta realidade é fruto direto do exercício da autonomia, conforme consagrado na lei, e do esforço continuado das autoridades regionais,

académicos e comunidades locais. A substituição desta gestão regional, especializada e enraizada, por uma estrutura coordenada desde Lisboa e centrada em lógicas militares e burocráticas, ofende os princípios democráticos da descentralização e da subsidiariedade. A mera publicação deste despacho já produz efeitos negativos, ao criar incerteza, desautorizar estruturas legítimas e ameaçar a estabilidade do modelo de governação cultural regional.

Quais foram as principais conquistas dos Açores, enquanto Região Autónoma, em termos de salvaguarda do Património Cultural Subaquático?

As conquistas dos Açores são notáveis e pioneiras. Entre os marcos mais significativos destaca-se a luta contra a caça ao tesouro em que Mota Amaral esteve do lado certo da História, ao defender os interesses dos portugueses face à cobiça de Cavaco Silva e de Pedro Santana Lopes.

Outro marco é a criação dos únicos cinco parques arqueológicos subaquáticos

Perfil

ALEXANDRE MONTEIRO. É arqueólogo subaquático, investigador da Universidade Nova de Lisboa e membro da Academia de Marinha e da Missão de Combate aos Crimes contra o Património Cultural da OSCE.

É pós-graduado em Mergulho Científico, instrutor de mergulho e mergulhador profissional. Criou a base de naufrágios dos Açores, tendo trabalhos arqueológicos na Terceira, São Jorge, Pico, Faial e Flores. É um dos autores do “Guia do Património Cultural Subaquático dos Açores”, tendo escrito os livros “Escavar as águas: a história submersa dos Açores” e “Naufrágios Históricos de Vila Franca do Campo e do Grupo Oriental”.

DIREITOS RESERVADOS

existentes em Portugal, com 35 sítios visitáveis por mergulhadores recreativos – o que representa um modelo de valorização patrimonial exemplar, articulando ciência, turismo e identidade local. Estes sítios constituem simultaneamente espaços de fruição pública e instrumentos de preservação, assegurando uma proteção ativa e sustentada dos bens submersos. Outro marco de relevo é o reconhecimento europeu da qualidade desta gestão: o património subaquático açoriano recebeu em 2020 o European Heritage Label.

Este percurso foi possível graças a uma política cultural ativa e determinada, que soube usar a autonomia para colmatar o desinteresse crónico de Lisboa. Antes da autonomia, o património açoriano era considerado de menor importância, com escassos imóveis classificados e uma visão centralista redutora. A mudança veio com a assunção regional da tutela cultural, com políticos como José Guilherme Reis Leite e Luís Fagundes Duarte a liderarem o processo político que culminou na afirmação plena da autonomia cultural.

Os Açores são hoje líderes incontestáveis na proteção e valorização do património cul-

tratégica para os Açores. A arqueologia subaquática não é apenas uma vertente patrimonial: é também um instrumento de afirmação cultural, de promoção do turismo sustentável e de investigação científica de excelência, com impacto direto na economia azul e na identidade insular.

Outro aspeto que carece de atenção urgente é a estruturação técnica e logística das equipas, que, apesar do seu mérito e dedicação, operam frequentemente com meios limitados, dependentes de projetos pontuais e sem o reforço institucional que o seu trabalho justifica.

Por fim, deve ser reforçado o investimento na educação patrimonial e na participação comunitária, assegurando que as populações locais compreendem, valorizam e se envolvem na proteção do seu património cultural subaquático – aspeto essencial para evitar vandalismos, pilhagens e intervenções não autorizadas.

A Salvaguarda do Património Cultural Subaquático açoriano deve ser uma competência da Região Autónoma? Porquê?

Essa salvaguarda deve ser, sem qualquer ambiguidade, uma competência da Região. E não apenas porque assim o determina a lei que consagra o princípio da autonomia cultural das regiões autónomas, mas sobretudo porque a prática tem demonstrado que é precisamente sob gestão regional que este património tem sido mais eficazmente protegido, estudado e valorizado.

A Região tem um conhecimento aprofundado da sua realidade geográfica, cultural e histórica, e desenvolveu, ao longo das últimas décadas, um modelo de governança patrimonial que alia proximidade, especialização e envolvimento comunitário. Foi esse modelo, ancorado na autonomia, que lhe permitiu transformar-se numa referência nacional e europeia em matéria de património cultural subaquático.

A centralização desta competência em Lisboa – ou, mais grave ainda, em estruturas militares sem qualificação científica na área – seria um retrocesso inaceitável e profundamente lesivo da identidade cultural insular. A realidade marítima dos Açores é radicalmente distinta da do território continental, tanto em termos de desafios logísticos como em densidade patrimonial. Só uma gestão regional, autónoma e especializada consegue responder a esta complexidade de forma eficaz e com sensibilidade cultural. Retirar ou fragilizar essa competência à Região seria não apenas institucional, mas também um ataque direto ao princípio da subsidiariedade, segundo o qual a gestão deve ser feita ao nível mais próximo dos cidadãos e das comunidades.

Conservar, estudar e valorizar o património subaquático nos Açores é, por natureza, uma missão regional. É nas ilhas que estão os sítios, os especialistas, as comunidades envolvidas e os museus que acolhem os achados. A salvaguarda deve, por isso, continuar nas mãos da Região – não por capricho político, mas por imperativo legal, histórico, científico e cultural. ■



“Este despacho é um erro político grave que precisa de ser corrigido com urgência”

Que passos devem ser dados pela Região Autónoma dos Açores para evitar a perda de poder na Salvaguarda do Património Cultural Subaquático?

A Região deve reforçar os instrumentos institucionais e financeiros próprios para a salvaguarda do património subaquático, autonomizando orgânica e funcionalmente este domínio no seio da sua administração cultural. É necessário garantir orçamentos próprios, equipas técnicas estáveis, formação continuada e meios operacionais adequados à realidade arquipelágica. Esta autonomia deve ser não apenas formal, mas plenamente exercida com recursos próprios e capacidade de decisão independente.

Outro passo crucial é a intensificação da diplomacia institucional, quer junto do Governo da República, quer no plano internacional – nomeadamente com a UNESCO, a Comissão Europeia e entidades parceiras – para reafirmar o papel dos Açores como região de excelência e liderança na proteção do património cultural submerso. A projeção internacional ajuda a dissuadir tentativas centralizadoras e a garantir apoio político e técnico externo.

Ao mesmo tempo, é fundamental apostar numa governança participada,

envolvendo municípios, universidades, associações científicas, operadores turísticos e comunidades locais, assegurando que a defesa deste património não é apenas um ato administrativo, mas um movimento social e cultural enraizado. A criação de comissões municipais de património, a promoção de programas educativos e o envolvimento dos cidadãos no processo decisório são passos fundamentais para consolidar a legitimidade regional nesta matéria.

Depois, importa manter um discurso político claro, consistente e articulado com a região autónoma da Madeira, reforçando a solidariedade entre arquipélagos e consolidando uma frente comum em defesa da autonomia cultural insular.

Finalmente, a primeira e mais imediata ação que a Região Autónoma dos Açores deve tomar é afirmar, com clareza e firmeza, a nulidade jurídica deste Despacho, que contraria frontalmente a legislação com força hierárquica superior. Esta posição deve ser sustentada politicamente e, se necessário, juridicamente, através de pareceres fundamentados e eventuais impugnações formais. Mais até do que uma afronta às conquistas autonómicas, este despacho é um erro político grave que precisa de ser corrigido com urgência. ■

“

Só uma gestão regional, autónoma e especializada consegue responder a esta complexidade de forma eficaz e com sensibilidade cultural.

tural subaquático em Portugal. Transformaram um território insular e disperso num modelo de boas práticas, com reconhecimento nacional e internacional. Este legado é inseparável da autonomia, que permitiu reverter décadas de marginalização e afirmar uma nova centralidade atlântica no campo do património cultural.

Quais são os aspetos do Património Cultural Subaquático açoriano que necessitam neste momento de maior atenção? Existe património em risco?

Sim, existe património em risco, e a sua salvaguarda exige medidas urgentes e estruturadas. Contudo, o risco não decorre da ausência de legislação – que é sólida e reconhecida – mas sim da falta crónica de recursos financeiros e humanos alocados à arqueologia subaquática. A legislação existente permite proteger adequadamente este património, mas a sua aplicação efetiva está a ser travada por limitações orçamentais graves, que têm penalizado de forma continuada a cultura, e particularmente o domínio subaquático.

É, portanto, fundamental garantir orçamento próprio e estável para este campo específico, que tem sido injustamente negligenciado, apesar da sua importância es-